



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680440 - PB (2021/0220730-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : REVSON BRANDAO PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REVSON BRANDÃO PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (Processo n. 0000879-53.2018.8.15.001).

Nos autos da Ação Penal n. 0000879-53.2018.8.15.0011, o ora paciente foi submetido ao Tribunal do júri como incurso no art. 121, § 2º, I e IV, na forma do art. 29, ambos do Código Penal.

Requer liminarmente a suspensão da ação penal e, no mérito, a concessão da ordem para afastar a qualificadora do inciso IV do § 2º do art. 121 do CP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A suspensão do trâmite de uma ação penal somente pode ser determinada quando patente o constrangimento ilegal, o que não é o caso dos autos.

Cumprе ressaltar, ainda, que a jurisprudência desta Corte é no sentido de que "trancamento da ação penal em sede de *habeas corpus* é medida excepcional, somente se justificando quando demonstrada, inequivocamente, a absoluta ausência de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria, a atipicidade da conduta ou a existência de causa extintiva da punibilidade [...]" (RHC n. 43.677/SC, Sexta Turma, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe de 5/6/2014). Em análise sumária, parece não corresponder à situação dos autos.

O deslinde da controvérsia, como se vê, demanda o aprofundamento do exame de circunstâncias fático-processuais complexas, tarefa insuscetível de ser realizada em juízo singular e prelibatório. Reserva-se, portanto, ao relator a apreciação definitiva da matéria, depois de devidamente instruídos os autos.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente